

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento tem por finalidade definir e consolidar os elementos que norteiam a aquisição de produtos e gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do programa de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

INFORMAÇÕES GERAIS	
Processo Administrativo: 20262101.0001.02.004	
Área Demandante: Secretaria Municipal de Educação	
Responsável pela Formalização da Demanda: Fredy Veras dos Santos	
E-mail: semed@maues.am.gov.br	Matrícula Funcional: 11.439

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO *(alínea "a" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 1.1. Registro de Preços para contratação de pessoa jurídica, com critério de julgamento de menor preço por item, para futura e eventual aquisição de produtos e gêneros alimentícios destinados ao abastecimento do programa de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação do Município de Maués/AM, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO *(alínea "b" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 2.1. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 2.2. **LEI FEDERAL Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



- 2.3. **DECRETO MUNICIPAL Nº 062, de 21 de janeiro de 2025.** Regulamenta o procedimento auxiliar denominado Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia sob a égide da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal, além de dar outras providências.
- 2.4. **DECRETO MUNICIPAL Nº 073, de 27 de março de 2025.** Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal, além de dar outras providências.

3. PLANILHA DESCRITIVA DOS ITENS (alínea "a" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

Item	Detalhamento do Objeto	Unidade	Quantidade
1	ACHOCOLATADO EM PÓ , tipo: preto apresentação: pó sabor: tradicional característica adicional: 50 % cacau, pacote com 400g	Pcte	30.000
2	AÇÚCAR - cristal amorfo de primeira qualidade. Unidade máxima de 0,3% P/P, sem fermentação isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais ou vegetais. Embalados em saco plástico íntegros hermeticamente fechados contendo 1kg. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Kg	48.000
3	ARROZ – tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros, com teor de unidade máxima 15% isento de sujidades e materiais estranhos, embalagem de 1 Kg em sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo acondicionados em fardos lacrados. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Kg	48.000
4	BISCOITO SALGADO – TIPO CREAM CRACKER – Composição Básica aromatizado artificialmente, farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada, sal e fermento biológico, acondicionado em pacote de 345 gramas com sub-embalagens internas. A embalagem deve conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unidade	55.000
5	CAFÉ TORRADO E MOÍDO - Embalagem a vácuo 500g,	Unidade	2.000



	características adicionais: de primeira qualidade, características, aspecto, cor, odor e sabor próprios. Com selo de pureza da associação brasileira de indústria do café -Abic, com identificação do produto e prazo de validade.		
6	FARINHA DE MANDIOCA BRANCA, torrada, seca, fina, tipo 01, branca, isenta de sujidades, parasitas, larvas, com aspecto, odor, e sabor próprios, acondicionado em pacote de 1 Kg, que deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto, embalagem secundária plástica resistente, fabricado no Amazonas. Fardo com 25 kg.	Kg	5.000
7	FARINHA DE MILHO, grão: amarelo, tipo: flocada, apresentação: pré-cozida, característica ingrediente adicional: fortificada com ferro e ácido fólico, pacote com 500g	Pcte	30.000
8	FEIJÃO JALO – tipo 1, novo, constituídos de grãos inteiros e sadios, com teor de unidade permitida em lei, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras espécies, acondicionado em pacote de polietileno transparente de 1 Kg com registro do ministério da agricultura. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os lados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Kg	40.000
9	FEIJÃO PRETO – tipo 1, novo, constituídos de grãos inteiros e sadios, com teor de unidade máxima 15% isento de material terroso, sujidades e mistura de outras espécies, acondicionado em pacote de polietileno transparente de 1 Kg com registro do ministério da agricultura. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os lados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante. .	Kg	32.000
10	FILÉ DE PEITO DE FRANGO–, apresentação sem osso, congelado em bandeja com 1kg, temperatura de entrega 12°C. Embalado com plástico, fechado com lacre de segurança, contendo dados onde o produto foi manipulado, informações do lote, indicação do modo de conservação, selo de inspeção federal e informações nutricionais, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. Deverá ser transportado com veículo refrigerado.	Kg	10.000
11	LEITE DE VACA EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - Acondicionado em pacote de polietileno ou folha de flandres, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo ou em lata que deve conter externamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto, número do registro no ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. Contendo aproximadamente 400 gramas de peso líquido e validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unidade	64.000
12	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE– tipo seca, formato ESPAGUETE,	Unidade	46.400



	sêmola sem ovos, cor amarela obtido pelo amassamento de farinha de trigo especial, ovos, água e demais substâncias permitidas, isento de corantes artificiais, sujidades, parasitas, admitindo umidade máxima 13%, acondicionado em saco plástico, transparente, atóxico contendo 400 gramas de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.		
13	MARGARINA – Produto Natural sem aditivos químicos pote com 250g, produto próprio para consumo humano. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Unidade	500
14	MUNGUZA – Tipo milho de canjica, prazo validade mínimo de 12 meses, aplicação alimentação humana, características adicionais com ferro, zinco e vitaminas, embalada em plástico atóxica de 500g, transparente, incolor e selado, isenta de mofo, bolores, fungos, larvas, livre de sujidades, odores estranhos e substância nocivas, A embalagem deverá conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade, quantidade do produto. Validade mínima de 08 meses a partir da data de entrega(1ª qualidade) na unidade requisitante.	Unidade	32.000
15	ÓLEO DE SOJA – Extraído da soja por processo de refinamento, obtido de espécie vegetal, isento de ranço e substâncias estranhas, acondicionado em frasco plástico tipo pet com 900ml, de característica de coloração clara, obedecendo os requisitos de qualidade odor, sabor e isento de impurezas. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Unidade	7.200
16	PÃO FRANCÊS– e semelhantes. Peso referência: unidade de 50 gramas unitárias. Acondicionado em sacola de plástico transparente, integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 02 dias a partir da Data de Entrega na unidade requisitante. Produto próprio para consumo humano	Unidade	103.400
17	QUEIJO – TIPO MUSSARELA, de 1ª qualidade, com ingredientes leite, conservação de 0 a 10°C. Produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação sanitária em vigor. Apresentação em barra. Acondicionado em embalagem plástica apropriada transparente, limpa, resistente e inviolável. A embalagem original deverá ser a vácuo e conter externamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de	Kg	3.200



	produto, número do registro do Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF e atender as especificações técnicas da ANVISA e INMETRO. Prazo de Validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega. Conservação em ambiente refrigerado.		
18	SAL REFINADO IODADO – acondicionado em saco plástico transparente integro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Contendo 1kg de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 01 ano a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Kg	6.000
19	VINAGRE- Matéria-prima vinho de uvas brancas, tipo neutro, acidez 4, aspecto físico líquido, aspecto visual límpido e sem depósitos. A embalagem de plástico transparente de 500 ml que deverá conter externamente os dados exigidos pela Legislação contendo externamente os dados de identificação, procedência informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto atender as especificações técnicas dos órgãos de vigilância sanitária em legislação vigente. Prazo de validade mínima de 06 meses a partir da Data de Entrega na unidade requisitante.	Unidade	1.600
20	FRUTA - /POLPA - Polpa de Fruta; descrição: ACEROLA - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade; mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600
21	FRUTA - /POLPA - Polpa de Fruta; descrição: CUPUAÇU - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade; mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600
22	FRUTA - /POLPA - Polpa de Fruta; descrição: GOIABA - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade; mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600
23	FRUTA - /POLPA - Polpa de Fruta; descrição: GRAVIOLA - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade; mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600
24	FRUTA - /POLPA - Polpa de Fruta; descrição: MARACUJÁ - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade; mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600



25	FRUTA -/POLPA - Polpa de Fruta; descrição: TAPEREBÁ - Características adicionais: Polpa de Fruta congelada que apresente grau de qualidade que preserve as características organolépticas dos frutos: pasta mole, cor própria da fruta, cheiro próprio da fruta, Sabor: próprio da fruta, tratamento diferenciado: tipo I prazo de validade: mínimo de 12 meses. Unidade de fornecimento: Embalagem de 1kg.	Kg	9.600
26	SUCO CONCENTRADO – Ingredientes básicos: água suco integral , sabor goiaba, conservantes, Apresentação: líquido concentrado, sem açúcar, embalados em garrafas de plásticos ou de vidro inteiro, resistente vedado hermeticamente e limpo Contendo aproximadamente 500 ml de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela legislação com dados de identificação procedência, informações nutricionistas, número de lote quantidade de produto e validade mínima de 1 ano partir da data de entrega na unidade requisitante. unidades.	Unidade	5.300
27	SUCO CONCENTRADO – Ingredientes básicos: água suco integral , sabor Laranja, conservantes, Apresentação: líquido concentrado, sem açúcar, embalados em garrafas de plásticos ou de vidro inteiro, resistente vedado hermeticamente e limpo Contendo aproximadamente 500 ml de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela legislação com dados de identificação procedência, informações nutricionistas, número de lote quantidade de produto e validade mínima de 1 ano partir da data de entrega na unidade requisitante. unidades.	Unidade	5.300
28	SUCO CONCENTRADO – Ingredientes básicos: água suco integral, sabor pêssigo conservantes, Apresentação: líquido concentrado, sem açúcar, embalados em garrafas de plásticos ou de vidro inteiro, resistente vedado hermeticamente e limpo Contendo aproximadamente 500 ml de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente os dados exigidos pela legislação com dados de identificação procedência, informações nutricionistas, número de lote quantidade de produto e validade mínima de 1 ano partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unidade	5.300
29	CARNE BOVINA – de 1ª para bife, apresentação serrada e congelada, temperatura de entrega 18°C. Embalado com plástico transparente com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega.	Kg	11.000
30	CARNE BOVINA - EM CONSERVA – Embalada em lata com 320g produtos naturais sem aditivos químicos, produto próprio para o consumo humano. A embalagem deve conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unidade	48.000
31	CARNE BOVINA MOÍDA – Industrializada de 1ª para sopa, tipo PATINHO, apresentação serrada e congelada, temperatura de entrega 18°C. Embalado com plástico transparente com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega.	Kg	7.000
32	CHARQUE PONTA DE AGULHA – Tipo Jerked em pacote de 1Kg. Preparado com carne Bovina ponta de agulha de boa qualidade salgada, curada, seca, de consistência firme, com cor, cheiro e sabor	Kg	9.000



	próprios, isento de sujidades, parasitas, materiais estranhos embalada a vácuo, com sacos plásticos transparentes e atóxicos, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deve conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 90 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.		
33	FILE DE PEIXE - PIRARUCU- Embalado em pacote de plástico transparente, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Contendo exatamente 1KG de peso. Temperatura de Entrega 18°C. Prazo de Validade de mínimo de 30 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Kg	4.000
34	FRANGO- CONGELADO –, apresentação inteiro com vísceras, com pé e com cabeça, congelado, cortado e congelada, temperatura de entrega 12°C. Embalado com plástico, fechado com lacre de segurança, contendo dados onde o produto foi manipulado, informações do lote, indicação do modo de conservação, selo de inspeção federal e informações nutricionais, com prazo de validade mínimo de 30 dias a partir da data de entrega. Deverá ser transportado com veículo refrigerado.	Kg	20.000
35	OVO- (cx com 12x30) – brancos de galinha, tamanho grande, de primeira qualidade, frescos, isento de aditivos ou substâncias estranhas ao produto que seja impróprias para o consumo e que lhe alterem as características naturais (físicas, químicas, organolépticas) inspecionadas pelo ministério da agricultura. Acomodados em cartelas de 30 ovos.	Caixa	600
36	SARDINHA – em óleo comestível e sal, livre de gorduras trans, embalada em Lata com 130 gramas, com peso drenado mínimo de 125 gramas, íntegro, resistente, vedado hermeticamente Enriquecida com vitaminas e sais minerais. Acondicionada em pacote de polietileno ou de folhas de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. A embalagem deverá conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Unidade	72.000
37	CONDIMENTO COLORAU - Colorífico em pó fino homogêneo sem sal, obtidos de frutos maduros de urucum, limpos dessecados e moídos, de coloração avermelhada, com aspecto com aspecto com cor, cheiro e sabor próprio, isento de materiais estranhos e a sua espécie. Fardo de 1KG com 10 embalagens de 100 gramas, acondicionado em saco plástico transparente e atóxico, hermeticamente vedado e resistente, que deverá conter externamente os dados exigidos pela legislação, procedências, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.	Kg	500
38	TEMPERO COMPLETO, acondicionado em embalagem de 300g. Fardo com 06 unidades.	Fardo	96
39	ALHO A GRANEL (CABEÇA), Alho de 1 qualidade - Unidade de Venda	Kg	2.000



	1KG Grupo Comum, roxo ou branco tipo essencial. Acondicionado em caixa de papelão. A embalagem deverá conter exatamente os dados exigidos pela legislação, contendo exatamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade de produto e validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante.		
40	BATATA INGLESA - Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, Brotos, manchas verdes, perfurações ou cortes na casca. Livres de umidades externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.	Kg	6.000
41	BETERRABA - Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, Brotos, manchas verdes, perfurações ou cortes na casca. Livres de umidades externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.	Kg	6.000
42	CEBOLA - Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, Brotos, manchas verdes, perfurações ou cortes na casca. Livres de umidades externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.	Kg	5.000
43	CENOURA - Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, manchas verdes, perfurações ou cortes. Livre de umidade externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.	Kg	5.000
44	PEPINO - In natura, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livres de pragas e doenças, próprio para o consumo humano	Kg	3.000
45	PIMENTÃO - In natura, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livres de pragas e doenças, próprio para o consumo humano. Fornecimento de maio a dezembro, conforme mapeamento local.	Kg	3.000
46	REPOLHO - Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, manchas verdes, perfurações ou cortes. Livre de umidade externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes.	Kg	4.000



	Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.		
47	TOMATE – Alimento in natura, tipo extra, de primeira qualidade apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas. Com ausência de rachaduras, Brotos, manchas verdes, perfurações ou cortes na casca. Livres de umidades externa, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas. O Transporte deve ocorrer em caixa de plástico, limpa e protegida, em bom estado de conservação.	Kg	3.000

- 3.1. Estimou-se a contratação para o período integral de 12 (doze) meses, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, baseado nas demandas.
- 3.2. Ressalta-se que para determinar a quantidade a ser contratada, baseando-se na consolidação das demandas oriundas das ações de governança interna, e visam assegurar à Administração a flexibilidade necessária para a aquisição dos itens conforme a demanda efetiva. Tais estimativas são suficientes para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
- 3.3. Pontue-se que o quantitativo estimado nessa aquisição implicará ganho de escala, porque quanto maior a quantidade de itens a serem cotados, melhor será o seu valor final, beneficiando a Administração Pública, considerando-se, ainda, que somente se empenhará a quantidade de itens a serem contratados.
- 3.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é até 12 (doze) meses, contado da assinatura e podendo ser prorrogável por igual período conforme o Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 3.5. Todos os materiais/bens/produtos deverão ser acompanhados de manual de instruções em português, quando couber, contendo orientações detalhadas para uso, conservação, manutenção e configurações essenciais dos produtos.
- 3.6. As especificações técnicas definidas neste Termo de Referência e no arquivo anexo, deverão ser igualadas e poderão ser superadas por soluções alternativas aquelas originalmente especificadas, desde que respeitados os requisitos mínimos de padrão, desempenho e funcionalidades exigidos para o ambiente onde esses materiais/bens/produtos serão aplicados.
- 3.6.1. Para tanto, a licitante deverá indicar esta condição expressamente em sua Proposta de Preços e encaminhar à CONTRATANTE, no momento oportuno, documentação técnica e esclarecimentos que permitam avaliação fundamentada e conclusiva acerca da equivalência técnica ou superioridade da solução ofertada em relação ao definido no presente instrumento.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E RESULTADOS PRETENDIDOS** *(alínea "c" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei*

Federal nº 14.133/21)

- 4.1. Considerando os estudos e análises realizados durante a fase de planejamento da contratação, e em conformidade com o disposto no Inciso V, § 1º do Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como com o Inciso III do Art. 6º do Decreto Municipal nº 038, de 17 de janeiro de 2025, a Administração optou por estruturar a licitação em itens, sem agrupamento de lotes ou grupos, para aquisição junto a revendedores, atacadistas ou distribuidores autorizados, pela facilidade logística, disponibilidade imediata, diversidade de marcas e maior competitividade de preços, elementos essenciais para uma contratação eficiente e tempestiva.
- 4.2. Considerando a natureza recorrente da demanda pelos itens que compõem o objeto desta contratação, bem como a variedade e a imprevisibilidade da necessidade de fornecimento dos itens ao longo do tempo, conclui-se que a utilização do Sistema de Registro de Preços associado ao Pregão na sua forma eletrônica, é a solução mais adequada para a presente contratação. A adoção do Sistema de Registro de Preços assegura a formação de uma Ata de Registro de Preços, viabilizando contratações futuras com base em condições previamente pactuadas, o que favorece o planejamento orçamentário, a padronização de procedimentos, a celeridade nas contratações subsequentes e o aumento da eficiência administrativa.
- 4.3. Com a execução da contratação, a Administração pretende, primeiramente, alcançar resultados que assegurem a continuidade, regularidade e qualidade da alimentação escolar ofertada aos alunos da rede municipal de ensino, garantindo condições adequadas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar no âmbito do Município. Busca-se, como resultado principal, o fornecimento contínuo e planejado dos gêneros alimentícios necessários à composição do cardápio elaborado por profissionais de nutrição, permitindo o preparo diário das refeições tanto na Cantina Central quanto nas unidades escolares da zona urbana e rural, de modo a atender adequadamente os mais de 12.000 alunos matriculados no ano letivo.
- 4.4. Outro resultado relevante esperado é assegurar a melhoria das condições nutricionais dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento físico e cognitivo, bem como para o aumento da frequência escolar e do rendimento acadêmico, especialmente entre aqueles em situação de vulnerabilidade social, para os quais a merenda escolar representa parcela significativa da alimentação diária. A contratação objetiva também garantir a padronização da qualidade dos insumos utilizados, com observância das normas sanitárias e nutricionais aplicáveis, reduzindo riscos de fornecimento de produtos inadequados e promovendo maior controle sobre o preparo das refeições.
- 4.5. Por fim, espera-se que a execução adequada do contrato resulte na adequada aplicação dos recursos públicos destinados à alimentação escolar, promovendo economicidade e transparência,

bem como o cumprimento das diretrizes do programa federal que financia parcialmente a iniciativa. Espera-se, ainda, contribuir para a valorização dos hábitos alimentares regionais, por meio da inclusão de itens compatíveis com a cultura local, aumentando a aceitabilidade das refeições e reduzindo desperdícios, a fim de garantir a continuidade de serviço público essencial, evitar prejuízos decorrentes da falta de alimentos nas unidades escolares, assegurar o pleno funcionamento das atividades educacionais e promover o interesse público, mediante a oferta regular de alimentação escolar adequada, segura e nutricionalmente balanceada, indispensável ao desenvolvimento integral dos alunos e à efetividade das políticas educacionais do Município.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO *(alínea "d" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 5.1. A presente contratação deverá atender aos seguintes requisitos mínimos de execução, assegurando o fornecimento dos itens em **CONDIÇÃO DE APTOS PARA O CONSUMO HUMANO**, sendo vedada a comercialização de produtos remanufaturados, recuperados ou de qualidade e especificação inferior àquelas contidas neste instrumento e demais documentos vinculados.
- 5.2. A contratação observará os princípios e diretrizes da sustentabilidade, conforme previsto no Inciso IV, do Art. 11 da Lei Federal nº 14.133/21, que determina a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas. Dessa forma, serão considerados, sempre que possível, critérios e práticas que minimizem os impactos ambientais, estimulem a responsabilidade social e promovam a economicidade, contribuindo diretamente para uma atuação administrativa mais consciente, eficiente e comprometida com os princípios constitucionais e legais que regem a atuação do poder público, reforçando a importância da sustentabilidade como vetor essencial da boa governança.
- 5.3. Tendo em vista a contratação referenciada e, para verificação do cumprimento dos requisitos de habilitação, os licitantes interessados em firmar vínculo com a Prefeitura de Maués/AM, deverão apresentar documentos suficientes para cumprimentos dos requisitos definidos no Art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações aplicáveis e critérios definidos pela área demandante.
- 5.4. **Habilitação Jurídica (Inciso I, Art. 62)**
 - 5.4.1. Documento de Identificação Civil dos sócios, aqueles abrangidos pela legislação vigente;
 - 5.4.2. Em se tratando de empresa individual, exigir-se-á a apresentação da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou domicílio da empresa participante;
 - 5.4.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual (MEI), exigir-se-á a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), previsto na Lei 11.598/2007 e



regulamentado pela Resolução 016/2009 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- 5.4.4. Em se tratando de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada exigir-se-á a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.4.5. Em se tratando de sucursal, filial ou agência, exigir-se-á a apresentação da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a Matriz;
- 5.4.6. Em se tratando de sociedade simples, exigir-se-á a apresentação da inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.4.7. Em se tratando de cooperativa, exigir-se-á a apresentação da Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a Ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede ou domicílio da empresa participante, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 5.4.8. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, exigir-se-á a apresentação do decreto de autorização, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 5.4.9. Os Registros Comerciais, independente da forma como a pessoa jurídica estiver constituída, deverão ser apresentados a partir do ato de constituição, que deve estar acompanhado de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 5.5. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Inciso III, Art. 62)**
- 5.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta contratação;
- 5.5.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Receita Federal do Brasil;
- 5.5.3. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, conforme dispõe o Art. 27, alínea "a", da Lei Federal nº 8.036/90 e as alterações trazidas pela Lei Federal nº 9.467/97;
- 5.5.4. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43;



- 5.5.5. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 5.5.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 5.5.7. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 5.5.8. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa participante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 5.5.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto desta contratação, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.6. **Qualificação Técnica (Inciso II, Art. 62)**
- 5.6.1. Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando a prestação anterior do fornecimento dos serviços compatíveis ao objeto desta contratação.
- 5.6.2. Alvará de Localização e Funcionamento, que conste as atividades pertinentes ao objeto desta contratação, emitido pelo órgão competente relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, válida para a data da abertura da sessão.
- 5.6.3. Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, válida para a data da abertura da sessão, explicitando claramente as atividades exercidas pela empresa e comprovando que a empresa possui condições higiênico-sanitárias para o distribuição e armazenamento de alimentos, em conformidade com os normativos legais, sejam federais, estaduais ou municipais.
- 5.7. **Qualificação Econômico-Financeira (Inciso IV, Art. 62)**
- 5.7.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (DRE – Demonstração do Resultado do Exercício ou outras), apresentado na forma da Lei, devidamente autenticados conforme Instrução Normativa DREI Nº 3 de 05 de dezembro de 2013. Os documentos referidos neste item, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;
- 5.7.2. No caso de pessoa jurídica com menos de um ano de existência, deverá apresentar Balanço de Abertura nos mesmos moldes já definidos anteriormente, juntamente com suas demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um (> ou = a 1).



5.7.3. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, em atendimento a Lei Federal nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, expedida até 30 (trinta) dias antes da sessão de abertura da licitação, se o prazo não for definido nas próprias certidões.

5.7.4. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial, devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento.

5.8. **Garantia de Proposta**

5.8.1. Nos termos do Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, a Administração Pública exigirá, como requisito de habilitação, a prestação de garantia de proposta limitada a até 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, como forma de assegurar o cumprimento das condições estabelecidas nas propostas apresentadas e a seriedade da manifestação de interesse dos licitantes e resguardar o interesse público contra eventuais desistências imotivadas ou estratégicas por parte dos licitantes classificados, que venham a comprometer a efetividade da licitação e a continuidade dos serviços.

5.9. **Garantia de Contratação**

5.9.1. Conforme estabelece o caput do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21, a Administração poderá exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, como condição para celebração do contrato, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento de suas obrigações. Esta previsão legal visa proteger o interesse público, permitindo à Administração a adoção de mecanismos de precaução e segurança, diante da possibilidade de descumprimento contratual que, neste caso, comprometeria não apenas os recursos públicos despendidos, mas também o regular funcionamento de atividades essenciais à coletividade.

5.10. **Subcontratação**

5.10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. Não há complexidade técnica ou logística que justifique a delegação de atividades a terceiros.

5.10.2. A subcontratação será permitida para os casos em que houver necessidade manutenção ou assistência técnica, a contratada deverá comunicar previamente à Administração, apresentando comprovação da habilitação técnica e regularidade fiscal da empresa responsável pelo serviço, permanecendo, contudo, integralmente responsável pela qualidade, prazos e resultados da execução contratual.

5.10.3. A futura CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do Instrumento Contratual, sendo também responsável por realizar a retirada dos produtos no porto

da cidade de Maués e efetuar a entrega no local indicado pelo órgão demandante, conforme as condições, prazos e especificações estabelecidos no edital e no Instrumento Contratual.

5.11. Vistoria Técnica

5.11.1. Não será exigida visita técnica prévia pelas empresas interessadas em razão da natureza do objeto licitado, que se limita ao fornecimento de materiais/bens/produtos, sem previsão de serviços de instalação, montagem complexa ou intervenções físicas. Todas as informações necessárias para a correta elaboração das propostas estão claramente definidas nos documentos que compõem o processo administrativo, especialmente neste Termo de Referência, não havendo necessidade de conhecimento *in loco* das instalações para compreensão do objeto ou formação de preços.

5.12. Apresentação de Fichas Técnicas

5.12.1. A Prefeitura de Maués/AM se reserva a faculdade da exigência de apresentação das fichas técnicas dos produtos pelos licitantes, por entender que tal exigência justifica-se como instrumento de verificação prévia da qualidade, composição, características nutricionais, acondicionamento e demais especificações dos produtos, permitindo à Administração avaliar a compatibilidade dos itens ofertados com o cardápio elaborado por profissionais de nutrição e com as diretrizes do programa de alimentação escolar.

5.12.2. Contudo, considerando a diversidade dos produtos a serem adquiridos, que inclui tanto itens industrializados quanto produtos *in natura*, reconhece-se que a exigência não se aplica indistintamente a todos, sendo mais adequada para alimentos embalados ou processados, cujas informações técnicas são relevantes para análise, enquanto verduras, legumes, hortaliças e outros produtos frescos podem ter sua qualidade aferida por critérios objetivos no momento da entrega.

5.12.3. Dessa forma, a Administração poderá, de maneira motivada, indicar os itens sujeitos à apresentação do documento, observando a proporcionalidade e evitando formalidades desnecessárias. As fichas técnicas, se solicitadas, alcançarão itens industrializados, processados, congelados ou que possuam composição variável relevante do ponto de vista nutricional, sanitário ou tecnológico, além da exigência de comprovação dos selos de inspeção federal, estadual ou municipal para as proteínas de origem animal, em conformidade com a Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

5.12.4. Complementarmente, a exigência de apresentação das fichas técnicas deverá estar **acompanhada de link de verificação de autenticidade**, "FONTE" (endereço completo, por exemplo://<http://www.fabricantex.com/produtox>), por meio do qual seja possível confirmar, diretamente na fonte oficial do fabricante, a veracidade e a integridade das informações prestadas. Tal medida se mostra tecnicamente necessária diante do fato de que muitos fabricantes disponibilizam as especificações de seus produtos exclusivamente em meios digitais,

especialmente em seus sítios eletrônicos institucionais, inexistindo, em alguns casos, catálogos físicos ou documentos formalmente emitidos em papel.

5.13. Amostras

5.13.1. A Prefeitura de Maués/AM também se reserva a faculdade da exigência de amostra dos materiais/bens/produtos objeto deste processo, dos licitantes detentores dos menores preços de cada item provisoriamente classificados, até o 3º (terceiro) licitante mais bem classificado. A exigência de apresentação de amostras constitui medida tecnicamente justificada e compatível com a natureza do objeto licitado. A análise de amostras permite à Administração Pública verificar, de forma prática e objetiva, a conformidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e outros aspectos que não podem ser plenamente aferidos apenas por meio de documentos ou descrições técnicas.

5.13.2. A apresentação de amostras contribui para a mitigação de riscos relacionados ao fornecimento de materiais/bens/produtos inadequados, de baixa durabilidade ou incompatível com o uso pretendido, assegurando que os materiais/bens/produtos adquiridos atendam às reais necessidades. Também fortalece o julgamento objetivo das propostas, ao permitir comparação técnica entre os materiais/bens/produtos apresentados, reduzindo a possibilidade de divergências entre o que foi ofertado e aquele efetivamente entregue após a contratação. Os materiais/bens/produtos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição constante do Termo de Referência, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se a Prefeitura de Maués/AM o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando-se a futura CONTRATADA a promover suas substituições sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas.

5.13.3. Caso solicitadas, as amostras deverão ser entregues no endereço indicado no subitem 6.6.5, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a partir da data marcada pelo Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação, as quais serão objeto de avaliação por membros designados do órgão demandante, para fins de verificação e manifestação, através de Parecer de Aprovação ou Reprovação, quanto à adequação das características com as especificações descritas no Termo de Referência, na Proposta de Preços e demais documentos e informações vinculadas.

5.13.4. As amostras deverão conter etiqueta identificadora constando o número do certame, os dados da proponente, deverão ainda, obedecer com exatidão às especificações consignadas neste Termo de Referência, inclusive a marca do fabricante, número de referência, registro na ANVISA, se for o caso, e devem ser apresentadas em embalagem original e intacta, sob pena de reprovação, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação do produto;
 - b) Marca e modelo;
 - c) Nome e endereço do fabricante;
 - d) Número do lote e data de validade (tempo de vida útil) quando aplicável.
- 5.13.5. Serão rejeitados, mediante despacho fundamentado pelos membros designados do órgão demandante, a(s) amostra(s) que não atender(em) às especificações descritas no detalhamento do objeto constante do Termo de Referência, assim como, será reprovada e consequentemente desclassificada, a proposta da empresa participante que não entregar a amostra dentro do prazo estabelecido.
- 5.13.6. Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido à licitante fazer qualquer ajuste ou modificação nos produtos apresentados para fins de adequá-los à especificação constante no Termo de Referência.
- 5.13.7. Os resultados das amostras serão disponibilizados ao Agente de Contratação, Pregoeiro ou Comissão de Contratação, para que os interessados sejam notificados acerca do prosseguimento do certame, oportunidade em que será divulgado o resultado da análise das amostras.
- 5.13.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 5.13.9. Fica assegurado aos representantes legais das licitantes, que estejam portando documentos hábeis que as autorizem para tanto, o recebimento de uma via do resultado das amostras. É de responsabilidade da licitante a obtenção da referida via do resultado junto ao órgão solicitante depois de finalizada a análise.
- 5.13.10. Após a divulgação do resultado da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento
- 5.13.11. Uma vez adquiridos, os materiais/bens/produtos serão avaliados continuamente quanto à sua qualidade e desempenho ao longo do tempo. A avaliação será de responsabilidade de cada órgão solicitante e será feita pelo uso diário e regular de cada produto ou material, a fim de garantir que os objetos continuem atendendo às expectativas da administração pública, quando estes não atenderem, medidas de catalogação e padronização poderão ser adotadas pela Administração nas futuras aquisições.
- 5.14. **Garantia e Assistência Técnica**
- 5.14.1. A Administração Pública, ao adquirir materiais/bens/produtos para uso próprio e para atendimento direto à coletividade, enquadra-se como consumidora final, nos termos do Código de Defesa do



Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), aplicável de forma subsidiária às contratações públicas. O Código de Defesa do Consumidor assegura ao consumidor a proteção contra vícios de qualidade e de quantidade que tornem o produto impróprio ou inadequado ao consumo a que se destina, bem como estabelece a responsabilidade do fornecedor pela reparação, substituição ou restituição do valor pago. A fixação de prazo mínimo de garantia contratual de 12 meses reforça esses direitos, ampliando a segurança jurídica da Administração e garantindo prazo razoável para identificação de eventuais defeitos ocultos, sem prejuízo das garantias legais já previstas em lei.

- 5.14.2. A exigência de garantia mínima contribui para a preservação do interesse público, ao reduzir custos futuros com manutenção corretiva, reposição prematura de materiais/bens/produtos e interrupções no funcionamento das atividades diárias do setor público. Além disso, incentiva os fornecedores a ofertarem produtos de melhor qualidade, alinhados às normas técnicas aplicáveis, inclusive aquelas relacionadas à segurança, ergonomia e resistência dos materiais. Assim, a exigência da garantia mínima de 12 meses revela-se medida proporcional, razoável e necessária para assegurar a adequada execução contratual, a proteção do patrimônio público e a eficiência da aplicação dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios que regem as contratações públicas e à legislação consumerista vigente.

6. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO *(alíneas "e" e "f" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.2. Após a assinatura do instrumento contratual ou instrumento equivalente a futura CONTRATADA deverá executar as tarefas que lhe forem direcionadas dentro do prazo previsto para cada uma delas, se comprometendo a atender as demandas da Administração com prioridade, mantendo fornecimento de material mantendo a qualidade daquele ofertado na Proposta de Preços, priorizando uma gestão colaborativa, com comunicação aberta e transparente com a Prefeitura de Maués/AM e quaisquer outras partes envolvidas.
- 6.3. As partes podem ajustar o escopo, os prazos e os recursos conforme necessários, garantindo que o contrato permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo, priorizando a entrega de resultados, embora não figure justificativa para atropelamento do processo administrativo, as partes devem trabalhar juntas para alcançar os objetivos do projeto de maneira eficiente e eficaz.

- 6.4. A Prefeitura de Maués/AM poderá convocar a futura CONTRATADA para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços serão realizados por gestor e fiscalização do contrato, designada pela CONTRATANTE, conforme a Lei Federal nº 14.133/21.
- 6.6. **Requisitos para fornecimento dos materiais/bens/produtos**
- 6.6.1. Os materiais/bens/produtos serão solicitados de acordo com a necessidade da Prefeitura de Maués/AM, respeitados os quantitativos máximos registrados, mediante a emissão de Autorização de Fornecimento expedida pela Prefeitura de Maués/AM, sob pena de o pagamento não ser realizado, em caso da inexistência de comprovação do recebimento da autorização por parte do fornecedor.
- 6.6.2. A execução do objeto deve ser realizada conforme as instruções e especificações contidas no Termo de Referência e anexos, bem como nas legislações, regulamentações e instruções vigentes que se apliquem aos itens que compõem o objeto da contratação.
- 6.6.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 6.6.4. O prazo de aquisição do objeto, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento por parte do Contratado, será de até 20 (vinte) dias corridos, em local e horários a serem definidos pelo órgão solicitante.
- 6.6.5. Os materiais deverão ser entregues, preferencialmente, na Sede Administrativa da Secretaria Municipal de Educação, estabelecida na Av. Dr. Pereira Barreto, nº 233, bairro Centro, Cidade de Maués, Estado do Amazonas, CEP 69190-057 ou em outro endereço definido pelo gestor do órgão demandante.
- 6.6.6. As Secretarias e Departamentos vinculados à Prefeitura de Maués/AM, tem funcionamento definido das 08h00min às 12h00min e 14h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira e podem sofrer alterações, as partes devem buscar melhor entendimento para sanar quaisquer dúvidas.
- 6.6.7. Os materiais/bens/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta de Preços vinculada, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6.8. A atividade do fornecimento dos materiais/bens/produtos, não gera vínculo empregatício entre os

empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (alínea "g" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

RECEBIMENTO

- 7.1. O fornecimento dos produtos/bens/materiais serão recebido pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de para posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.2. Os produtos/bens/materiais serão recebidos provisoriamente, de maneira sumária, na data da entrega, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.3. Os produtos/bens/materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos/bens/materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.3.1. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega do objeto licitado, somente será analisada, se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Federal nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento do instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

- 7.7. Apresentado o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, de acordo com procedimento administrativo mantido pela Prefeitura de Maués/AM.
- 7.8. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para



pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

- 7.9. O documento fiscal ou documento de cobrança correspondente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 7.10. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, quando for o caso, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o poder público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.13. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 7.15. Recebido o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se o instrumento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, quais sejam:
- 7.15.1. **Recibo e Requerimento de Pagamento**, emitido pela CONTRATADA, datado e assinado por representante legal para o ato;
- 7.15.2. **Comprovante de Situação Cadastral** junto a Receita Federal do Brasil;
- 7.15.3. **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal** atestada através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014,



fornecida pela Receita Federal do Brasil, em validade;

- 7.15.4. **Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, através do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;
- 7.15.5. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br), em validade;
- 7.15.6. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da proponente em validade;
- 7.15.7. **Prova de inexistência de inscrição de pedidos de falência ou recuperação judicial**, mediante apresentação de Certidão Negativa expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

PAGAMENTO

- 7.16. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura de Maués/AM e com os valores propostos até 30 (trinta) dias corridos após entrega e aceitação documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas.
- 7.17. Os pagamentos serão efetuados, **EXCLUSIVAMENTE**, através dos meios de transferências eletrônicas disponibilizadas e homologadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para o domicílio bancário informado pelo CONTRATADO.
- 7.18. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual ou de apresentação de documentação exigida neste instrumento ou no Termo de Referência ou Nota de Empenho ou em caso de irregularidade fiscal.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR *(alínea "h" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 8.1. A futura CONTRATADA será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, definida no Inciso XLI do Art. 6º e previsto no Inciso I do Art. 28 da Lei Federal nº 14.133/21, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por item, definido no Inciso I do Art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.

9. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO *(alínea "i" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 9.1. A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado desta contratação seguiu o disposto



no Inciso IV do Art. 5º do Decreto Municipal nº 039, de 17 de janeiro de 2025, que regulamenta, em âmbito municipal, o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021. Para a elaboração do Mapa Comparativo de Preços, anexo a este instrumento, foram realizadas consultas diretas a fornecedores.

- 9.2. Os fornecedores foram selecionados considerando o fornecimento de objetos similares na municipalidade, assegurando ampla concorrência e representatividade dos preços praticados no mercado. Além disso, os orçamentos foram obtidos dentro de um prazo regular de seis meses, garantindo conformidade com o regulamento municipal e a legislação federal aplicável.
- 9.3. Os pedidos de orçamento foram encaminhados via correio eletrônico, garantindo aos fornecedores um prazo compatível para resposta. Junto à solicitação, foi enviado o Caderno de Especificação dos Itens, contendo a descrição detalhada de cada item, unidade de fornecimento, quantitativo estimado e instruções para o correto preenchimento dos orçamentos, conforme previsto nos Incisos I, II e III, §1º do Art. 3º do Decreto Municipal nº 039, de 17 de janeiro de 2025.
- 9.4. Embora a norma municipal preveja o uso de métodos estatísticos distintos, a Administração optou por utilizar, como regra geral, a **MÉDIA** de todos os preços coletados. Essa decisão está alinhada ao entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), de que a média dos valores obtidos representa de forma mais adequada o preço de mercado, considerando que as variações entre os preços coletados foram mínimas.
- 9.5. Após o recebimento e a consolidação das cotações de preços, foi adotada a média dos valores coletados como método para a obtenção do preço estimado de cada item. Com base nesse cálculo, o custo total estimado da contratação foi definido em R\$ 10.167.460,52 (Dez milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e dois centavos), conforme demonstrado nos custos unitários apresentados no Mapa Comparativo de Preços.
- 9.6. Os valores unitários estimados permanecerão sigilosos, em conformidade com a Justificativa do Orçamento Sigiloso constante no Estudo Técnico Preliminar. Essa medida está amparada pelo Art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que prevê a possibilidade de manter o orçamento estimado em caráter sigiloso, desde que devidamente justificado, sem prejuízo da divulgação dos quantitativos e demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes. Dessa forma, os quantitativos e demais informações essenciais para a formulação das propostas serão devidamente disponibilizadas, assegurando a ampla concorrência e o cumprimento da legislação vigente.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA *(alínea "j" do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)*

- 10.1. Em obediência ao previsto no Decreto Municipal nº 062, de 21 de janeiro de 2025, não é



necessária a indicação de dotação orçamentária, que somente será exigida para a efetivação da contratação.

11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E SUPERVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

- 11.1. O presente termo de referência foi elaborado, inicialmente, pela Secretaria Municipal de Educação, contendo todas as informações necessárias para dar início ao processo de contratação direta, sendo posteriormente objeto de aprovação por parte da Assessoria Técnica e adequação e formatação de acordo com a padronização de documentos instituída pela Controladoria Geral do Município.

Maués/AM, 20 de fevereiro de 2026.


FREDY VERAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 043/2025

MAUÉS
PREFEITURA
CUIDANDO DA NOSSA GENTE